

Repensando a linguagem escrita: uma abordagem criativa

Daniella Sampaio Zorzi*

Suzana Maia**

Berberian, A. P.; Mori-de Angelis, C. C.; Massi, G. (orgs.). *Letramento: referências em saúde e educação*. São Paulo: Plexus; 2006.

O livro *Letramento: referências em saúde e educação*, organizado pelas fonoaudiólogas Ana Paula Berberian, Cristiane C. Mori-de Angelis e Giselle Massi, foi lançado recentemente pela editora Plexus. O livro conta com treze capítulos, nos quais cada autora aborda sua prática em relação à linguagem escrita, seja ela na clínica (com surdos, afásicos), em instituições como a escola ou em serviços de saúde, e também na formação dos profissionais. O que há de comum em todos esses capítulos é a mudança do olhar no que se refere ao modo como a linguagem escrita é abordada: considerando toda sua complexidade, seus aspectos discursivos e trazendo à tona a importância de se trabalhar com o letramento.

Os capítulos são escritos, na sua maioria, por fonoaudiólogas, mas também conta com a participação de uma psicóloga e de uma profissional da área de Letras. Nos dois primeiros capítulos enfatiza-se a importância de considerarmos a dimensão social e cultural da linguagem escrita, em contraposição a uma visão mais organicista e maturacional, que patologiza o sujeito que apresenta algum tipo de dificuldade na aprendizagem. No terceiro capítulo, a autora centra-se mais no universo escolar, realizando uma reflexão, apoiada em um relato de caso, a respeito das práticas de alfabetização, da importância do letramento e da construção da subjetividade no âmbito escolar. O quarto, sétimo, oitavo, décimo primeiro e décimo segundo capítulos focam, cada um a seu modo e

com suas particularidades, o trabalho com o letramento com deficientes auditivos, no qual a escrita surge como um novo sistema simbólico, criando novas possibilidades de inserção social para eles. O quinto capítulo é fruto de uma pesquisa realizada no Sul do país, com fonoaudiólogos docentes da graduação, a respeito da relação existente entre a oralidade e escrita. Encontramos no sexto capítulo a discussão de dois casos de afásicos, nos quais o trabalho com a escrita desenvolveu-se por meio de atividades significativas, considerando-os como sujeitos da linguagem. No nono capítulo o foco é a formação dos profissionais, na qual valoriza-se a dimensão humanística, o que acaba interferindo diretamente na atuação desses profissionais nos serviços de atenção à saúde. A realização de oficinas de linguagem em um centro de saúde da região do ABC paulista é o tema do décimo capítulo. Busca-se, com essas oficinas, a construção de outras formas de os sujeitos se relacionarem com a linguagem, tornando-a mais significativa. Por fim, no último capítulo, a autora desenvolve uma reflexão acerca da prática clínica fonoaudiológica fazendo uso do conceito de ressonância dialógica, de Bakhtin, no qual o paciente deve ser considerado como um interlocutor efetivo em seu processo terapêutico.

O capítulo inaugural desse livro, “Violência simbólica nas práticas de letramento”, escrito conjuntamente pelas organizadoras, discute aspectos importantes que permeiam os demais capítulos, por

* Fonoaudióloga, mestranda pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Fonoaudiologia da PUC-SP, cursou o Aprimoramento em Saúde Coletiva da PUC-SP. ** Psicanalista, professora titular da PUC-SP.

essa razão será abordado aqui com mais profundidade. Nesse capítulo é discutido, fortemente, como grande parte da população, cujas condições de leitura e escrita apresentam-se de forma precária, sofre injustiças e é verdadeira vítima da desigualdade social.

As autoras apontam para a dimensão social dos distúrbios de leitura e escrita, e no modo pelo qual tal dimensão interfere no uso efetivo da linguagem escrita, limitando suas possibilidades. Um aspecto que reforça essa problemática está relacionado com algumas abordagens educacionais e clínicas, que tendem a ver como patológicas as formas e os processos variados, tanto de fala quanto de escrita, que um número expressivo da população brasileira apresenta. Isso ocorre devido a uma correlação que se estabelece com a imposição de uma variante linguística considerada a única correta e legítima. Em outras palavras, aqueles que não se encaixam nesse padrão predeterminado acabam se tornando vítimas de preconceitos e da exclusão social.

Um outro fator relevante descrito pelas autoras é que, historicamente, abordam-se as questões relativas à linguagem predominantemente por critérios objetivos, os quais visam apenas a mensuração e a normatização da linguagem, desconsiderando, portanto, suas dimensões sociais, culturais e ideológicas. Dessa forma, quando são encontrados desvios dessa norma, os educadores e terapeutas que compartilham dessa visão caracterizam-nos como manifestações sintomáticas, cuja causa é inerente à criança e/ou aos seus familiares. Ou seja, há uma patologização dessas crianças, que passam a serem vistas como portadoras de distúrbios de leitura e escrita.

Os efeitos produzidos a partir dessa rotulação são devastadores, uma vez que geram fragilização, insegurança, sentimento de incompetência e ignorância diante das situações que envolvem a leitura e a escrita, “anunciando um destino perverso, porém aparentemente lógico e inevitável, marcado pelo seu fracasso escolar e social” (p. 19). Quando as experiências que a criança tem com a linguagem escrita são marcadas pelo estigma do erro, do desvio e da incompetência, ocasionam uma relação de sofrimento e traumas com tais práticas.

As autoras afirmam que, para se resolver tal problemática, é necessária a mudança de olhar de todos os atores sociais envolvidos, tais como professores, pais, profissionais de saúde e da educação, no que diz respeito ao processo de construção

da linguagem escrita e a sua relação com a oralidade.

Para isso, é essencial considerar as dimensões familiar e escolar nesse processo, que estão intimamente relacionadas. Estudos descritos pelas autoras apontam a importância das práticas de interação familiar mediadas pela oralidade para esse processo em busca da constituição do letramento. Tais práticas propiciam à criança um contato e (re)conhecimento, desde cedo, com os usos e as funções sociais da escrita nos diferentes contextos e situações. Dessa forma, os variados portadores de texto podem ser vistos e tomados pela criança como um objeto com o qual é possível brincar, tornando-se uma atividade prazerosa.

Um outro fator importante abordado nesse capítulo é que as escolas, de modo geral, tendem a alfabetizar seus alunos centrando apenas na codificação e decodificação da língua. Com isso, as crianças vão encontrar “dificuldades em interpretar o que lêem, assim como em assumir papel de autoria em seus textos” (p. 25), independentemente da sua classe social. Nesse contexto, a linguagem é vista de forma reduzida, como instrumento de comunicação, e a escrita, como mera transcrição da oralidade.

Principalmente entre as classes menos favorecidas, deposita-se na escola uma expectativa de que ela dê condições para que a criança tenha uma ascendência social, oportunidades melhores na vida. Além disso, a escola espera que as crianças, ao chegarem, tenham domínio do que ela própria teria que ensinar, gerando um paradoxo, do qual as maiores vítimas são as crianças. Elas acabam sendo marginalizadas e discriminadas por não apresentarem o domínio linguístico almejado. Recebem o rótulo de “problemáticas” e são consideradas incapazes, cognitivamente e linguisticamente, para aprender.

Nessa perspectiva, a relação entre a oralidade e a escrita, que era para ser um processo de continuidade, em condições nas quais o acesso aos materiais escritos ocorre precocemente, passa a ser uma relação de ruptura, uma vez que gera uma contraposição entre a naturalidade da oralidade e a artificialidade da escrita.

A idéia central que permeia todo o livro é a de que a escrita deve ser compreendida em sua dimensão discursiva. Isso permite que “os textos, como unidades concretas em que se realizam os gêneros discursivos, sejam entendidos em sua relação com



a situação de produção que os engendrou” (p. 28). Ao considerarmos esse aspecto, torna-se possível responsabilizar a escola e a própria sociedade pelo fracasso escolar ou pelas dificuldades de leitura e escrita, e não mais as crianças. Isso porque é papel das instituições sociais, dentre as quais a escola é a principal, inserir as crianças em um mundo letrado, o que nem sempre ocorre.

Fazendo aqui um paralelo com as chamadas “oficinas de linguagem”, mencionadas no décimo capítulo do livro, desenvolvidas em Unidades Básicas de Saúde, da qual participam crianças e adolescentes, na maioria das vezes encaminhados ao serviço com queixas de dificuldades de aprendizagem, é comum observarmos em seus comportamentos a fuga e a rejeição diante das situações que envolvem tanto a leitura quanto a escrita.

Nesse trabalho, desenvolvido no âmbito da Saúde Coletiva, o que se busca é justamente a (re)criação de um espaço no qual as crianças possam experienciar as mais variadas práticas discursivas, orais e escritas, apropriando-se delas e, conseqüentemente, tornando-se possível modificar as relações estabelecidas anteriormente com tais práticas.

Esse livro é de leitura obrigatória para fonoaudiólogos, nos variados âmbitos de seu trabalho, educadores e profissionais que desejam tratar a leitura e a escrita na vivacidade e complexidade de seus processos, considerando-as como ferramentas cabais para inserção e atuação dos sujeitos em uma sociedade letrada como a nossa.

